

Veja

23/10/1996

Brasil

Trabalho

A força infantil

Enquanto o governo anuncia novas proibições, os menores dão um jeito de trabalhar

Joaquim de Carvalho

Há poucos dias, o trabalho infantil voltou a ser assunto nacional. O presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu em audiência um grupo de crianças trabalhadoras rurais e anunciou que estava enviando ao Congresso uma emenda constitucional que proíbe o trabalho de menores de 14 anos, mesmo na condição de aprendizes, como se permite hoje em dia. A medida, que ainda vai passar pelo crivo do Congresso, merece aplauso. Lugar de criança é na escola, e não no trabalho. Basta uma olhada longe dos gabinetes de Brasília, no entanto, para comprovar que, mesmo correta, essa iniciativa terá um efeito prático duvidoso. Enquanto os donos das canetas encolhem e distendem a idade permitida para o trabalho do menor, a realidade mostra que há sempre um modo de tirar proveito de seus músculos e de seu suor.

O mais comum é burlar a fiscalização, o que é fácil num país que tem menores trabalhando tanto como office-boy nos centros urbanos como nas carvoarias de Mato Grosso do Sul. Mas há novidades na área. A cidade de Pitangueiras, no interior de São Paulo, tem 30 000 habitantes e vive do corte da cana. Parte de seus bóias-frias é constituída de menores. Por ser o que os especialistas chamam de trabalho penoso — aquele que desgasta o físico e provoca envelhecimento precoce —, o corte da cana é proibido por lei não para menores de 14 anos, somente, mas para menores de 18, pois a lista de males que causa à saúde é enorme.

Segundo o médico Yoshiary Waki, da Universidade de São Paulo, esse trabalho aumenta os riscos de doenças como miocardite, hipertensão arterial, arteriosclerose, enfisema pulmonar e afecções do aparelho reprodutor. Acidade de Pitangueiras, então, encontrou uma maneira de empregar seus adolescentes. Desde que o Ministério Público em São Paulo apertou a fiscalização ao trabalho de crianças e adolescentes, o juiz Guacy Sibile Leite, titular da comarca, não pára de receber pedidos de autorização feitos por pais que querem empregar seus filhos nos canaviais. "Há pedidos para crianças de 10 anos. Só autorizo quem tem mais de 14 e vai à escola", diz o juiz, que já assinou quase 100 alvarás desse tipo.

"Bagaço" — Magro, 1,70 metro de altura, Edmilson Aparecido de Castro Flores, 16 anos, é um dos campeões do corte de cana da fazenda Santa Cecília, uma das maiores da região. De segunda a sábado, maneja um facão de 5 quilos e 60 centímetros com a mesma destreza com que rapazes da classe média mexem no mouse de seus computadores. Derruba 1 000 quilos de cana por dia. O campeão absoluto é Sidnei José da Silva, 18 anos, que começou a cortar cana aos 14. Hoje mantém a média de 3 000 quilos por dia. Sidnei ganha 600 reais por mês, um salário e tanto para uma cidade onde 80% da população sobrevive com um salário médio de 200 reais. Charles Soares Martins, 16 anos, estreou no corte há um mês, está matriculado da 4ª série, mas não vai à escola noturna por cansaço. Todos eles têm autorização para trabalhar concedida pelo juiz Sibile Leite, que mantém sua linha de produção de alvarás com um argumento sólido. Os menores estão ali a pedido de seus pais e precisam muito do emprego. "Se não trabalhasse, não ia ter o que comer", diz Sival da Silva, 17 anos, há um ano portador do alvará.

Apesar de ser de difícil contestação, o argumento tem opositores. O principal é o promotor Ricardo Barros Leonele. Há um ano, ele abriu fogo contra as autorizações. No mês passado, o assunto foi parar no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de onde o promotor saiu com uma decisão que cassa duas das 100 autorizações distribuídas pelo juiz. "Meu Deus, será que não entendem que meus filhos precisam trabalhar?", reagiu Aparecido Carlos de Oliveira, 40 anos, que perdeu o alvará de seus dois filhos, um de 15 e outro de 16. Como a sentença do tribunal acendeu uma polêmica, o promotor saca seus argumentos: "Ao empregar um adolescente, tira-se a vaga de um adulto. Além do mais, o trabalho na cana suga a energia como o líquido de um fruto. Quando não há mais nada a extrair, joga-se fora o bagaço. É o que vai acontecer a esses menores", diz.

De um lado, a necessidade de matar a fome do menor imediatamente. De outro, a evidência de que o trabalho na cana joga seu futuro fora. "Quem trabalha na cana não aprende a fazer outra coisa. É o fim da linha", admite Walter Toniello, da Destilaria Virálcool, que produz 100 milhões de litros de álcool por ano e emprega menores com autorização do juiz. Levantamento da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo constatou que, enquanto o adolescente trabalhador pesa em média 34 quilos, o que apenas estuda tem 49 quilos. Os trabalhadores também são 13 centímetros mais baixos, têm o braço 4 centímetros mais fino e o pescoço 2 centímetros mais estreito. Na própria Pitangueiras, há exemplos da exaustão que o trabalho causa. O pai do adolescente Edmilson de Castro Flores, 40 anos, corta cana há trinta. Sofre dores terríveis na coluna e tem tosse crônica. A mãe, Jesuíta, cortou cana dos 10 aos 32. Hoje tem 33 e mal consegue andar.

Dilemas do gênero vêm-se repetindo em outros lugares. No Ceará, a Procuradoria Regional do Trabalho arquivou um inquérito que investigava um convênio entre o governo do Estado e empresários que permitia a contratação de adolescentes entre 14 e 17 anos, sem registro em carteira. É sempre positivo que se tente impedir o trabalho das crianças, como faz o presidente através de sua emenda constitucional, mas a realidade, com suas situações cruéis, mostra a diferença entre intenção e realidade. "Emendas como essa são como a Lei Áurea, repletas de boas intenções e belas análises, mas não atacam a raiz do problema. Os negros libertos foram entregues a condições de vida até piores do que as que tinham quando eram escravos. Os menores são proibidos de trabalhar pelo próprio Estado que abriu as condições de a criança ser explorada. Não adiantam belas leis sem reformas que permitam que elas sejam obedecidas", diz Marisa Bittar, da Universidade Federal de São Carlos e estudiosa do trabalho infantil. "A melhor maneira de impedir uma criança de trabalhar é dar um emprego e um bom salário a seu pai", acrescenta a professora.

(Páginas 36 e 37)